Plena Saúde · Odonto

PLENA SAÚDE S.A. | CNPJ 00.338.763/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Atendendo ao dispositivo da Lei 9656/98 e as instruções normativas do órgão regulador, divulgamos neste ato o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde, denominada Plena Saúde S.A., relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Desempenho Econômico/Financeiro - O Ano de 2025 apuramos uma margem líquida positiva 0,88% em relação ao total de receitas onde já apresentamos uma melhora significante relação ao exercício de 2024. Nossa margem de sinistro é de 68,64%. Política de destinação de resultados - O resultado do exercício será incorporado aos lucros acumulados, o que não impedirá a Plena Saúde de fazer novos investimentos a fim de fortalecer as finanças e aprimorar os sistemas de gestão, processos existentes e prover uma experiência e um serviço cada vez melhor aos nossos clientes, aos nossos colaboradores e prestadores de serviços. Perspectivas e Planos para exercício de 2026 - Faremos de 2026 um ano de oportunidades, de aprimoramento e melhorias em nossos processos, buscaremos novos negócios que serão concretizados ao decorrer do ano e meta de aumentarmos a quantidade de beneficiários. São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Expresso em Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		**58.839.365,60**	**47.349.828,66**
Disponível	4	**1.872.301,49**	**1.222.022,80**
Realizável			**46.127.805,86**
Aplicações Financeiras		28.907.397,27	29.857.233,22
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5	16.623.853,92	14.439.142,35
Aplicações Livres	6	12.283.543,35	15.418.090,87
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		4.408.229,07	5.154.557,86
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	7	4.408.229,07	5.154.557,86
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		8.763.774,92	3.094.975,32
Créditos Tributários e Previdenciários	8	5.404.673,04	2.442.510,85
Bens e Títulos a Receber	9	4.378.735,46	5.467.040,42
Despesas Antecipadas		104.254,35	111.488,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**104.473.827,91**	**103.564.427,38**
Realizável a Longo Prazo		**23.062.532,15**	**14.026.109,97**
Títulos e Créditos a Receber		254.122,60	331.758,22
Ativo Fiscal Diferido	23	4.920.800,81	5.678.781,72
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	17.848.141,89	7.976.103,18
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		39.466,85	39.466,85
Imobilizado	11	**81.312.295,76**	**89.373.317,41**
Imóveis de Uso Próprio		22.013.400,70	23.233.429,90
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		22.013.400,70	23.233.429,90
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos			-
Imobilizado de Uso Próprio		39.226.145,66	42.724.856,48
Hospitalares / Odontológicos		37.859.617,55	41.511.284,33
Não Hospitalares / Odontológicos		1.366.528,11	1.213.572,15
Imobilizações em Curso		-	13.403.558,00
Outras Imobilizações		20.072.749,40	10.011.473,03
Intangível	12	**99.000,00**	**165.000,00**
TOTAL DO ATIVO		**158.313.193,51**	**150.914.256,04**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		**70.907.660,32**	**64.796.103,93**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	34.708.336,07	27.824.344,58
Provisões de Prêmios / Contraprestações		7.310.668,69	6.650.107,97
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		7.310.668,69	6.650.107,97
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		7.904.837,64	4.310.980,65
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		8.754.820,49	7.986.799,72
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		10.738.009,25	8.876.456,24
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		241.429,35	227.650,94
Comercialização sobre Operações		241.249,35	227.650,94
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		8.558.470,98	8.378.938,74
Provisões		247.688,50	86.379,97
Provisões para Ações Judiciais	16	247.688,50	86.379,97
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	6.967.804,90	9.230.913,33
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	6.268.186,98	5.545.698,44
Débitos Diversos		13.915.743,54	13.502.177,93
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**48.919.328,80**	**51.141.005,83**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13.1 e 16	3.559.596,72	5.305.366,36
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		3.559.596,72	5.305.366,36
Provisões	16	716.426,72	3.901.844,54
Provisões para Ações Judiciais		716.426,72	3.901.844,54
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	38.442.775,99	30.781.682,60
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		38.442.775,99	30.781.682,60
Parcelamento de Tributos e Contribuições		38.442.775,99	30.781.682,60
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	6.100.529,16	10.769.394,50
Débitos Diversos		100.000,21	382.717,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		**38.486.204,39**	**34.977.146,28**
(Capital Social / Patrimônio Social	17.1	37.379.320,00	37.379.320,00
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		1.106.884,39	(2.402.173,72)
TOTAL DO PASSIVO		**158.313.193,51**	**150.914.256,04**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Expresso em Reais)

	Nota	2025	2024
Contraprestações efetivas de Plano de Assistência à Saúde		**320.229.781,77**	**281.947.480,85**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**333.160.365,77**	**293.759.637,36**
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	18	333.160.365,77	293.759.637,36
(-) Tributos diretos de Oper. com Planos de Assist. à Saúde		(12.930.584,00)	(11.812.155,51)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos		**(233.819.138,17)**	**(211.884.605,04)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	13.4 e 19	(231.957.585,16)	(213.157.920,64)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.861.553,01)	1.273.315,60
RESULTADO DAS OPER. - PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE		**86.410.643,60**	**70.062.875,81**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde		36.647.703,86	33.223.276,69
Receitas de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos		35.168.166,51	28.896.748,90
Receitas com Operações de Assist. Médico Hospitalar		30.229.426,65	24.766.380,30
Outras Receitas Operacionais		4.938.739,86	4.130.368,60
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.379.659,65)	(1.194.512,05)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde		(4.733.164,54)	(7.137.856,32)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde		(2.825.233,64)	(2.769.072,47)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.907.930,90)	(4.367.783,85)
Outras Despesas Oper. De Assist. A Saúde Não Rel. Plano de Saúde		(72.972.765,14)	(53.239.652,91)
RESULTADO BRUTO		**79.191.624,94**	**70.610.880,12**
Despesas de Comercialização		(16.591.778,45)	(18.268.667,08)
Despesas Administrativas	20	(53.302.785,44)	(44.574.115,65)
Resultado Financeiro Líquido		**(4.408.957,90)**	**(3.393.866,30)**
Receitas Financeiras	22	8.472.481,05	5.672.081,15
Despesas Financeiras	22	(12.881.438,95)	(9.065.947,45)
Resultado Patrimonial		-	**80.000,00**
Receitas Patrimoniais		-	80.000,00
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**4.888.103,15**	**4.454.231,09**
Imposto de Renda	23	(1.030.702,82)	(1.289.580,43)
Contribuição Social	23	(348.342,22)	(433.843,08)
Impostos Diferidos	23.b		
RESULTADO LÍQUIDO		**3.509.058,11**	**2.730.807,58**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Expresso em Reais)

	Capital Social	Prejuízos Déficits Acumulados	Total
SALDO EM 31/12/2023	**37.379.320,00**	**5.132.981,00**	**32.246.339,00**
Resultado líquido	-	2.730.808,00	2.730.808,00
SALDO EM 31/12/2024	**37.379.320,00**	2.402.173,00	**34.977.147,00**
Resultado líquido	-	3.509.058,11	3.509.058,11
SALDO EM 31/12/2025	**37.379.320,00**	**1.106.885,11**	**38.486.205,11**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Expresso em Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
(+) Recebimentos de plano de saúde	331.199.915,50	289.232.459,35
(+) Resgate de aplicações financeiras	28.578.463,16	6.774.391,19
(+) Recebimentos de juros de aplicação financeira	5.383.454,41	3.712.653,02
(+) Outros recebimentos operacionais	62.863.038,14	49.304.874,00
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serv. a saúde	(149.401.809,45)	(157.421.468,30)
(-) Pagamentos de comissões	(16.295.932,21)	(15.932.886,26)
(-) Pagamentos de pessoal	(76.948.982,54)	(49.210.606,24)
(-) Pagamentos de pró-labore	(150.000,00)	(170.000,00)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(13.013.882,45)	(6.596.316,60)
(-) Pagamentos de tributos	(47.449.826,33)	(38.735.154,53)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trab./fiscais)	(3.358.932,45)	(3.513.842,16)
(-) Pagamentos de aluguel	(11.187.753,67)	(11.425.936,60)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(2.353.285,13)	(2.067.309,24)
(-) Aplicações financeiras	(29.797.136,17)	(9.007.818,54)
(-) Outros pagamentos operacionais	(68.559.151,03)	(27.578.145,97
Caixa líquido das atividades operacionais	**9.508.179,78**	**27.364.893,12**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimentos de venda de ativo imob - Hosp	50.000,00	80.000,00
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imob. - Hosp	(722.004,40)	(6.899.564,50)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(672.004,40)**	**(6.819.564,50)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	40.185.450,01	27.018.921,65
(-) Pagamento de juros - Emprest/Financ	(21.418.026,16)	(10.727.717,07)
(-) Pagamento de amortização - Emprest/Financ	(26.923.320,54)	(35.687.182,97)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(8.155.896,69)**	**(19.395.978,39)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**650.278,69**	**1.149.350,23**
Caixa - Saldo Inicial	1.222.022,80	72.672,57
Caixa - Saldo Final	1.872.301,49	1.222.022,80

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sede da Sociedade tem como objetivo social: A Plena Saúde S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0 e classificada na ANS como Operadora de porte grande por possuir mais de 100.000 beneficiários. As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo e em suas filiais localizadas do Estado de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras: **a) Reconhecimentos das contraprestações e eventos indenizáveis líquidos:** O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte: **• Contraprestações pecuniárias (receitas):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma "pro-rata" dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG-Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas, conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar. **• Eventos indenizáveis líquidos (custos):** são os serviços prestados pelos profissionais, por hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados. **b) Moeda Funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$). **c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não vinculadas a provisões técnicas:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **d) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas:** Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS - Agência Nacional da Saúde Suplementar. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa", por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor. **e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde:** São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações efetivas (receitas) de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias (pessoa física) e mais de 90 dias (pessoa jurídica), em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira. **f) Investimentos:** O investimento societário é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da investida. **g) Ativos imobilizados:** Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, não aplicado. **h) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgirem. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável. **i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: **(i)** verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e **(ii)** medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025. **j) Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde:** Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde, são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços. Também estão incluídos nesta rubrica, outros custos de pessoal e de outras despesas, inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial. **k) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG:** Contraprestação Não Ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Empréstimos e financiamentos:** São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência. **n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **o) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Operadora são classificados sob as seguintes categorias: **(1)** Ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado; **(2)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **(1) Ativos financeiros-ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Compreendem numerário em caixa, Saldos positivos em conta movimento e as Aplicações financeiras com liquidez imediata. **(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem especificamente as Aplicações Financeiras Garantidoras a Provisões Técnicas, as quais são: (i) Classificadas desde a data aplicação e a data do resgate no vencimento e **(ii)** Mensuradas ao custo de aquisição amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **(3) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. **Passivos Financeiros:** Representados por empréstimos e financiamentos bancários, apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridas até as datas das demonstrações financeiras. Esses passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2025, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **p) Principais julgamentos e estimativas contábeis:** A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **q) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. Foi calculada através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo Atuário responsável pela nota técnica. **r) Provisão passiva para ações judiciais:** Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **s) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e Bancos	1.872.301,49	1.222.022,80
Total	**1.872.301,49**	**1.222.02280**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS A PROVISÕES TÉCNICAS

	2025	2024
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	16.823.853,92	14.439.142,35
Total	**16.823.853,92**	**14.439.142,35**

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde, para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIVRES

	2025	2024
Aplicações em renda fixa CDB/CDI e Fundos de Invest.	12.283.543,35	15.418.090,87
Total	**12.283.543,35**	**15.418.090,87**

Fundo de investimentos: Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos**. Certificados de depósito interbancário:** São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2025	2024
Planos coletivos - pessoa jurídica	2.657.024,66	3.479.553,06
Planos individual/familiar - pessoa física	5.351.186,12	6.318.435,76
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(3.599.981,71)	(4.643.430,96)
Total	**4.408.229,07**	**5.154.557,86**

A composição das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2025	2024
A vencer	454.677,32	257.128,71
Vencido até 30 dias	3.250.290,05	4.221.575,78
Vencido de 31 a 60 dias	657.783,16	610.131,85
Vencido de 61 a 90 dias	340.700,64	475.890,56
Vencido há mais de 90 dias	3.304.759,61	4.233.261,92
Total	**8.008.210,78**	**9.797.988,82**

Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC), é constituída pelas faturas de beneficiários pessoa física em atraso há mais de 60 dias, e faturas de beneficiários pessoa jurídica em atraso há mais de 90 dias.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os saldos são compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social retidas sobre prestação de serviços, sobre aplicações financeiras e pagamentos antecipados.

	2025	2024
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	4.953.681,78	1.991.519,59
CSLL - Contribuição social sobre o lucro		-
Outros impostos e contribuições	450.991,26	450.991,26
Total	**5.404.673,04**	**2.442.510,85**

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER - DIFERENÇA 2024

	2025	2024
Adiantamentos diversos	1.159.668,00	1.958.110,33
Unicard - Garantia de empréstimos		-
Outros títulos a receber	210.276,69	240.276,69
Estoques	3.008.790,77	3.268.653,40
Total	**4.378.735,46**	**5.467.040,42**

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas representam valores retidos em contas vinculadas ao juízo, atualizados monetariamente, como garantia de processos em curso. Os depósitos judicias de ressarcimento ao SUS, substancialmente foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Único da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS. A composição do saldo em 31 de dezembro é a seguinte:

	2025	2024
Processos Tributários	-	613.066,27
Processos Judiciais Cíveis	15.142.667,16	5.026.076,79
Depósitos Judiciais Trabalhistas	1.753.400,54	853.505,45
Depósitos Judiciais Sus	952.074,19	1.435.462,32
TOTAL	**17.848.141,89**	**7.928.110,83**

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual deprec.	Custo de Aquisição (2025)	Depreciação Impairment Acumulada (2025)	Imobilizado Líquido (2025)	Imobilizado Líquido (2024)
Edificações	4%	30.500.729,05	(8.487.328,35)	22.013.400,70	23.233.429,90
Instalações Máquinas e equipamentos	10%	942.915,11	(151.706,53)	791.208,58	822.871,19
Equipamentos de informática	10%	50.111.970,25	(15.270.199,42)	34.841.770,83	40.391.827,32
Móveis e utensílios	20%	4.855.874,96	(3.851.590,03)	1.004.284,93	1.144.960,43
Veículos	10%	5.611.885,61	(3.167.414,83)	2.444.470,78	2.854.343,21
Benfeitorias	20%	1.087.624,00	(997.450,51)	90.173,49	191.565,93
Outras	10%	10.047.423,75	(697.520,75)	9.349.903,00	10.011.473,03
Imobilizações		10.777.083,45	-	10.777.083,45	10.722.846,40
Total		**113.935.506,18**	**(32.623.210,42)**	**81.312.295,76**	**89.373.317,41**

Movimentação do imobilizado	2025	2024
Saldo inicial	89.373.317,41	88.075.125,41
(+) adições	729.232,30	8.191.420,67
(-) baixas	(114.000,00)	(318.094,00)
(-) depreciações	(8.676.253,95)	(6.575.134,67)
(+) ajuste a valor justo		-
Saldo	**81.312.295,76**	**89.373.317,41**

A operadora finalizou o trabalho de levantamento físico dos ativos imobilizados e da conciliação com os saldos contábeis. Foi contrato a empresa CSL Consultoria e Assessoria Ltda que realizou o levantamento dos bens e entregando o laudo dos ativos.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	Custo de Aquisição (2025)	Amortização Acumulada (2025)	Intangível Líquido (2025)	Intangível Líquido (2024)
Sistema de informação	20%	330.000,00	(231.000,00)	99.000,00	165.000,00
Total		**330.000,00**	**(231.000,00)**	**99.000,00**	**165.000,00**

Movimentação do intangível	2025	2024
Saldo inicial	165.000,00	231.000,00
(+) adições		-
(-) baixas		-
(-) amortizações	(66.000,00)	(66.000,00)
Saldo	**99.000,00**	**165.000,00**

13. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OP. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

13.1. Provisões técnicas	2025	2024
Provisões Técnicas		
Provisão para contraprestações emitidas e ñ ganhas - PPCNG (i)	7.310.668,69	6.650.107,97
Provisão de eventos e sinistros a liquidar - SUS (ii)	7.904.834,64	4.310.980,65
Provisão de eventos e sinistros a liquidar - REDE CREDENCIADA (iii)	8.754.820,49	7.986.799,72
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	10.738.009,25	8.876.456,24
Total de provisões técnicas - passivo circulante	**34.708.336,07**	**27.824.344,58**

	2025	2024
Provisões Técnicas		
Provisão de eventos e sinistros a liquidar - SUS (ii)	3.559.596,72	5.305.366,36
Total de provisões técnicas - passivo não circulante	**3.559.596,72**	**5.305.366,36**

(i) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG: Conforme normas da ANS, referem-se as contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPCNG) de forma "pró-rata-die" e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida as receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual. **(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS -** o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Sua composição é a seguinte:

Data Base	Classificado	ABI x % hc	Débitos Pendentes	Débitos Parcelados	TOTAL
Dez/2025	Passivo circ.	6.445.703,63		1.459.134,01	**7.904.837,64**
Dez/2025	Pas. não circ.		952.074,19	2.607.522,53	**3.559.596,72**
Dez/2024	Passivo circ.	2.106.760,80	204.961,53	1.999.258,32	**4.310.980,65**
Dez/2024	Pas. não circ.		1.429.172,89	3.876.193,47	**5.305.366,36**

(iii) Provisão de Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde - representa os 22 eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestações de serviços apresentados à Operadora. **(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA:** Estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da operadora na data do Balanço. A Operadora reconhece essa provisão através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo atuário responsável pela nota técnica. **13.2. Ativos garantidores (vinculados e lastreados às provisões técnicas e operações médico-hospitalares)**

Suficiência de Ativos Garantidores	2025	2024
a) Garantidoras a Provisão Técnica		
PEONA PESL E SUS	10.738.009,25	8.876.456,24
PESL SUS	11.464.434,36	9.616.347,01
PESL SUS (Parcelamento/ Mais de 5 anos / ABI x % hc) (-)	(10.512.360,17)	(7.982.212,59)
DEPÓSITOS JUDICIAIS SUS (-)	(952.074,19)	(1.429.172,89)
Total de Necessidade de Vinculo	**10.738.009,25**	**9.081.417,77**
Aplicações Garantidoras a Provisões Técnicas	16.623.853,92	14.439.142,35
Suficiência de Ativos Vinculados a Provisão Técnica	5.885.844,67	5.357.724,58
b) Ativos Financeiros Lastreados		
PEONA PESL E SUS	10.738.009,25	8.876.456,24
PESL Outros Prestadores	8.754.820,49	7.986.799,72
PESL SUS	11.464.434,36	9.616.347,01
PESL SUS (Parcelamento / Mais de 5 anos / ABI x % hc) (-)	(10.512.360,17)	(7.982.212,59)
DEPÓSITOS JUDICIAIS SUS (-)	(952.074,19)	(1.429.172,89)
Total de Necessidade de Lastro	**19.492.829,74**	**17.068.217,49**
Aplicações Garantidoras a Provisões Técnicas	16.623.853,92	14.439.142,35
Total das Aplicações Financeiras	**16.623.853,92**	**14.439.142,35**
Suficiência / Insuficiência de Ativos Financeiros Lastreados	**(2.868.975,82)**	**(2.629.075,14)**
Suficiência dos ativos em %	**(14,72%)**	**(15,40%)**

(i) Depósitos judiciais ao SUS: Em 2025 a Operadora manteve os depósitos judiciais, estão representados no valor originário e foram efetuados para garantia em juízo de ações de execuções promovidas pelo órgão regulador. Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, podem ser deduzidos do cálculo da necessidade de ativos garantidores, os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos. **13.3. CB - Capital Base:** Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora procedeu ao cálculo do Capital Base, considerando a Região de atuação, classificação e segmentação.

Patrimônio líquido ajustado	2025	2024
Região de atuação = 4 / Medicina de grupo/SPP		
Segmento: Fator K utilizado (a)	**4,98%**	**4,98%**
Base 2025 Fator K * R$ 12.328.082,05 (Base 2024 = R$ 11.701.894,34)	**613.938**	**582.754,34**
Patrimônio a ser comparado com patrim. o mínimo ajustado		
(+) Patrimônio líquido	38.486.204	34.977.146,28
(+) Passivos exigíveis a longo prazo decorrente de renegociação de tributos federais, estaduais e municipais, devidamente formalizados e pactuados com o ente credor.	-	-

Patrimônio líquido ajustado	2025	2024
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(4.920.801)	(5.678.781,72)
(+) Passivo tributário classificados no passivo não circulante	-	-
(-) Despesas antecipadas	(104.254)	(111.488,19)
(-) Ativo intangível	(99.000)	(165.000,00)
(=) Patrimônio apurado para PMA e MS	**33.362.149**	**29.021.876,37**
Suficiência sobre o Patrimônio Líquido Ajustado - PMA	**32.748.211**	**28.439.122,03**

(a) O fator "K" é definido pelo enquadramento da Operadora. A Plena Saúde está enquadrada no segmento SPP. O Patrimônio Líquido Ajustado da Operadora é superir ao mínimo exigido. **13.4. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos / familiares pós Lei 9.656/1998:** A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos de Assistência Médico-Hospitalar, em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos planos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Total
2025 Rede contratadas	74.496.165	34.124.491	22.997.291	34.621.499	55.000.030	**221.239.476**
2024 Rede contratadas	86.355.111	34.335.531	18.909.183	53.020.062	20.538.034	**213.157.921**

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Impostos e contribuições	2025	2024
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	1.030.702,82	1.289.580,43
CSL - Contribuição social sobre o lucro	348.342,22	433.843,08
ISS - Imposto sobre serviços	578.092,06	1.179.557,47
INSS - Contribuição previdenciária	2.485.543,50	2.311.913,00
FGTS - Fundo de garantia	424.400,68	402.033,70
COFINS e PIS	449.500,67	585.656,11
Parcelamentos de tributos	38.765.666,29	32.265.887,08
Outros impostos e contribuições		38.730,26
Total	**44.082.248,24**	**38.507.201,13**
Impostos e contribuições retidos na fonte		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	241.657,05	56.236,17
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	183.117,20	382.433,53
ISS - Imposto sobre serviços Retido na Fonte	40.864,69	11.356,56
INSS - Contribuição Previdenciária Retido na Fonte		-
CSRF - Contribuições Retida na Fonte	862.693,71	1.055.368,54
Total	**1.328.332,65**	**1.505.394,80**
Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**45.410.580,89**	**40.012.595,93**
Passivo circulante	**6.967.804,90**	**9.230.913,33**
Passivo não circulante	**38.442.775,99**	**30.781.682,60**

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Capital de giro - conta garantida

Instituição	Tipo	Encargos Financeiros	Saldos dos Empréstimos 31/12/25	31/12/24
Bradesco	Conta garantida		904.675,60	1.800.000,00
Santander	Conta garantida		555.781,30	-
Aymoré Santander	Financiamento	3,10% a.a.	619.806,93	897.954,86
Unicred 2021190160	Financiamento	4,44% a.a.	-	-
Unicred 2021210321	Financiamento	4,44% a.a.	1.661.368,60	1.688.073,68
Unicred 2021210963	Financiamento	5,28% a.a.	-	-
Unicred 2021211054	Financiamento	4,68% a.a.	70.828,00	109.461,28
Unicred 2021211088	Financiamento	9,84% a.a.	-	27.297,89
Unicred 2021211089	Financiamento	4,68% a.a.	-	-
Unicred 2021211189	Financiamento	5,28% a.a.	540.225,00	630.225,00
Unicred 2021211201	Financiamento	9,72% a.a.	109.686,51	112.899,32
Unicred 2022250127	Financiamento	5,28% a.a.	2.238.231,40	2.554.083,28
Santander 19620	Empréstimo	17,46% a.a.	2.447.522,92	2.307.823,40
Caixa	Financiamento	5,76% a.a.	-	23.170,87
Caixa	Parc Conta Gar	21,27% a.a.	-	104.791,65
Itaú	Conta garantida		500.000,00	500.000,00
Itaú 985-2	Empréstimo	21,41% a.a.	-	-
Itaú 064-6	Empréstimo	7,26% a.a.	-	2.884.755,96
Itaú 064-6	Empréstimo	8,24% a.a.	-	2.420.986,42
Bradesco	Empréstimo	6,93% a.a.	-	253.302,73
Sicoob 60457	Conta garantida		2.095,30	266,60
Itaú 064-6 (37009900)	Empréstimo		2.718.494,58	-
TOTAL			**12.368.716,14**	**16.315.092,94**
Passivo circulante			**6.268.186,98**	**5.545.698,44**
Passivo não circulante			**6.100.529,16**	**10.769.394,50**

16. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Os depósitos judicias de ressarcimento ao SUS, substancialmente foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Unico da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS. A Operadora, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2025	2024
Trabalhistas e previdenciárias	233.205,44	379.975,97
Tributárias	-	613.066,27
Cíveis	730.909,78	2.995.182,27
Depósitos Judiciais SUS	952.074,19	1.435.462,32
Total	**1.916.189,41**	**5.423.686,83**
Passivo circulante	**247.688,50**	**86.379,97**
Passivo não circulante	**1.668.500,91**	**5.337.306,86**

A Operadora é parte em outras ações cujo risco de perda é classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores externos e Administração, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2025	2024
Trabalhistas e previdenciárias	415.869,80	944.335,68
Cíveis	2.822.677,10	2.846.222,40
Total	**3.238.546,90**	**3.790.558,08**

A Administração da Operadora entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras, ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social - O capital social subscrito e integralizado corresponde:

	% Participação	QUOTAS 2025	R$ 2024
José Luiz Ranieri	81%	30.259.570	30.259.570
Sueli Aparecida A. Ranieri	19%	7.119.750	7.119.750
Total	**100%**	**37.379.320**	**37.379.320**

O Capital Social de R$ 37.379.320 está totalmente subscrito e integralizado, estando representado por 37.379.320 quotas no valor unitário de R$ 1 cada.

18. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma pró-rata dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante, Provisão para Contribuições Não Ganhas, conforme normas da ANS. As contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde, deverão contemplar parcela da (PPCNG) Provisão para Contribuições Não Ganhas, relativo ao período de cobertura do risco de assistência dos contratos com modalidade de pré-pagamento, sendo revertidas às Contraprestações líquidas mediante cobertura pro-rata dia.

19. EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis líquidos, consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos, com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigentes. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos.

	2025	2024
Sinistralidade		
Contraprestações líquidas	333.160.365,77	293.759.637,36
Eventos indenizáveis líquidos	(233.819.138,17)	(213.157.920,64)
Sinistralidade	**70,18%**	**72,56%**

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2025 e 2024

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411)	Carteira Própria (beneficiários da operadora) 2025	2024	Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras) 2025	2024
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	1.245.816	1.400.617		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	76.292.955	80.429.849	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	22.138.621	24.900.229		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	134,141.746	106.427.226		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total	**233.819.138**	**213.157.921**	-	-

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Despesas com pessoal próprio	(18.377.909,35)	(14.886.114,89)
Despesas com serviços de terceiros	(12.556.491,85)	(7.551.100,34)
Despesas com localização e funcionamento	(5.641.651,06)	(4.705.838,38)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.524.989,67	(2.113.303,64)
Despesas com tributos e taxas	(3.005.736,42)	(747.856,96)
Despesas administrativas diversas	(10.138.971,46)	(7.563.893,64)
Despesas com multas	(185.600,00)	(364.873,13)
Despesa com depreciação/amortização	(871.435,63)	(6.641.134,67)
Total	**(53.302.785,44)**	**(44.574.115,65)**

21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Operadora, totalizam no período de 2025, o valor de R$ 135.000,00 (R$ 185.040,00 em 2024).

22. RESULTADO FINANCEIROS LÍQUIDOS

	2025	2024
Receitas financeiras	8.472.481,05	5.672.081,15
Despesas financeiras	(12.881.438,95)	(9.065.947,45)
Total	**(4.408.957,90)**	**(3.393.866,30)**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Em 31 de dezembro de 2025 a empresa possui R$ 5.678.781,72 de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. Segundo a legislação fiscal brasileira não há prescrição, dessa forma, e como há previsão de lucratividade futura a administração da empresa decidiu registrar os respectivos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social (34%) no montante de R$ 5 678.781,72. Demonstramos a seguir o cálculo e sua movimentação: **a) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro - corrente:** A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada, está apresentada a seguir:

	2025
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.888.103,15
(+) Adições	912.059,70
(-) Exclusões	(1.581.351,55)
Base de cálculo	**4.218.811,30**
Imposto de Renda	1.030.702,82
Contribuição Social	348.342,22
Total de IRPJ e CSLL	**1.379.045,04**

b) Movimentação dos créditos tributários diferidos - Ativo:

	2025	2024
Saldo Inicial	**5.678.781,72**	**7.178.781,72**
(+) Adições no período	-	-
(-) Baixas no período	(757.980,91)	(1.500.000,00)
Saldo final	**4.920.800,81**	**5.678.781,72**

24. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas: A Operadora contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A gestão desses instrumentos financeiros, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles, sendo monitorada pela Administração da Operadora. **b) Aplicações financeiras:** De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Operadora elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **c) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos quando incorridos, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2025, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **d) Gestão de risco financeiro Fatores de risco financeiro:** A atividade da operadora expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Operadora concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Operadora contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. **d.1) Risco de mercado:** A Operadora está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **(i) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Operadora decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Operadora tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. **d.2) Risco de crédito:** O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para perdas sobre créditos", conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. **d.3) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Operadora, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Operadora, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa. **Gestão de capital:** Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora, para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. **e) Valores de mercado:** Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos quando incorridas, são atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado.

25. SEGUROS

A Operadora adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Operadora tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

26. TAP - TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS

De acordo com Resolução Normativa nº 528/2022, as operadoras de planos de assistência à saúde com mais de 100.000 (cem mil) beneficiários na data-base do encerramento do exercício social, deverão elaborar por ocasião dos trabalhos de auditoria independente, o TAP utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento, não sendo obrigatório o reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados. Nos termos da RN/ANS nº 528/2022, foram utilizadas premissas técnicas realistas de sinistralidade média, cancelamentos, reajustes por faixa etária e Probabilidade de Sobrevivência (tábua BR-EMS vigente), especificadas em estudo técnico atuarial, que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segregação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Os testes foram realizados por segmentação considerando os tipos de contratação individual/familiar, coletivo empresarial e coletivo por adesão. Na projeção para os Planos Individuais foi feito para o período de 8 anos e nos Planos Coletivos, foi feito a projeção de 12 meses a partir do início de vigência do contrato, não foi considerado renovação de contrato. Comparando o passivo a valor presente com (algumas) provisões técnicas contabilizadas, que são para cobrir passivos dentro do período da projeção do estudo, verifica-se que: o passivo está coberto na data-base do estudo.

27. CAPITAL BASEADO EM RISCOS

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 569 de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, foi calculado pela equipe atuarial CTS - Consultoria Técnica Atuarial e Serviços, com os seguintes parâmetros: § Capital baseado em risco de subscrição = Estimativa de valores de cálculo, simulação de risco de subscrição com valores aproximados, pois não tivemos acesso a informação da soma dos valores identificados (ABI) e ainda sem emissão de GRU, irem importante para o cálculo do CRS-SUS, que compõe o cálculo deste risco. • Capital baseado em risco de crédito = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22; • Capital de risco operacional = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22; • Capital de risco operacional/legal = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22; • Capital de risco de Mercado = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22; • Capital baseado em risco (de subscrição, de crédito, operacional/Legal e Risco de mercado = Conforme RN 569/22.

Capital baseado em risco (CBR)	2025	2024
Risco de Crédito (CRC)	**3.792.342,20**	2.522.901,91
Risco de Subscrição (CRS)	**25.634.897,20**	21.611.382,09
Risco Operacional (CRO)	**9.949.170,56**	8.365.765,42
Risco de Mercado (CRM)	**6.566.334,80**	6.379.870,49
Capital Baseado em Riscos (CBR)	**40.090.129,78**	**33.775.012,11**
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**33.362.149**	29.021.876,37
Insuficiência do Capital baseado em risco (CBR)	**(6.727.980,78)**	**(4.753.135,74)**

28. DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LIQUIDO COM O CAIXA LIQUIDO OBTIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

RESULTADO LÍQUIDO	2025	2024
Ajustes ao resultado:		
(+) Depreciação	8.676.253,95	6.575.134,67
(+) Juros sobre empréstimos	12.881.438,95	10.727.717,00
(-) Resultado da Venda do Imobilizado	50.000,00	80.000,00
(-) Juros de Aplicações Financeiras	(8.472.481,05)	(3.712.653,02)
(-) Empréstimos e Financiamentos	(12.368.716,14)	(14.276.499,17)
Saldo Ajustado	**766.495,71**	**(606.300,52)**
AJUSTES DAS VARIAÇÕES DOS SALDOS DAS CONTAS DE ATIVO E PASSIVO OPERACIONAL	**272.312.742,13**	**343.668.854,10**
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações Financeiras	5.383.454,41	6.774.391,19
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos Saúde	234.199.915,50	289.232.459,35
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionadas a Planos	35.168.166,51	49.304.874,00
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	(2.263.108,43)	(1.500.000,00)
(-) Aumento (+) Redução de Bens e Títulos a Receber	(175.685,86)	(142.870,44)
Passivo	**(262.804.562,35)**	**(315.697.660,46**
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos de Operações Assistência Médica	(147.208.421,25)	(217.471.740,93)
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos de Operações Assit.à Saúde Não relacionadas c/Pl.Saúde	(64.787.382,32)	(55.976.922,84)
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	(47.449.826,33)	(38.735.154,53)
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	(3.358.932,45)	(3.513.842,16)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**9.508.179,78**	**27.364.893,12**

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento até a presente data, qualquer outro evento subsequente, que possa afetar de forma relevante à posição patrimonial e financeira da operadora.

DIRETORIA EXECUTIVA

Jose Luiz Ranieri - Diretor

Contador Responsável - Luis Roberto Teles - CRC SP 182.786/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Administradores, Diretores e Conselheiros da PLENA SAÚDE S.A

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **PLENA SAÚDE S.A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PLENA SAÚDE S.A**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e aplicáveis às operadoras supervisionadas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **PLENA SAÚDE S.A** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** a) Em 02 de setembro de 2025 a operadora recebeu o ofício nº 164 referente o processo 33910.023693/2023-08 posicionando que a operadora não cumpriu pelo menos 40% das anormalidades econômico-financeira relativa as insuficiências de capital regulatório, de ativos garantidores até o término da primeira metade da vigência do TAOEF, conforme meta intermediária imposta pelo art. 20, § 5º, da RN nº 523, de 2022, e alterações, com possibilidade de recurso administrativo à Diretoria Colegiada da ANS em conformidade com o art. 10, §2º, da Lei nº 9961, de 2000, c/c o art. 32 da RN nº 523, de 2022, e alterações. A operadora apresentou recurso administrativo na data de 15 de setembro de 2025. b) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13.2, que trata das garantias financeiras e ativos garantidores, que indica a insuficiência de ativo garantidor lastreado a provisão técnica no valor de R$ 2.868.975,82 (Dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). c) Chamamos a atenção quanto a Nota Explicativa nº 27, que indica insuficiência do Capital Baseado em Risco - CBR, no valor de R$ 6.727.980,78 (Seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos) portanto desenquadrada conforme a Resolução Normativa - RN nº 569/2022. d) Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 10 e nº16, que tratam dos depósitos judiciais e provisões judiciais, onde em nota explicativa nº 10 constam depósitos judiciais (Ativo) no montante de R$ 17.848.141,89 (Dezessete milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos), e em nota explicativa nº 16 constam provisões judiciais (Passivo) no montante de R$ 1.668.500,91 (Um milhão seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos reais e noventa e um centavos). O montante provisionado como provisões judiciais (Passivo) não reflete o montante contabilizado em depósitos judicias (Ativo), pois de acordo com o relatório de contingências jurídicas, parte destes processos em depósitos judicias são diagnosticados com perda remota. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos**: As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 incluídas para fins de comparação foram auditadas por Auditbrasil Auditores Independentes S/S, com parecer sem modificação emitido em 27 de fevereiro de 2025, contendo os seguintes paragrafos de ênfase: a) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13.2, que trata das garantias financeiras e ativos garantidores, que indica a insuficiência de ativo garantidor lastreado a provisão técnica no valor de R$ 8.674.779,14 (Oito milhões, seiscentos setenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e quatorze centavos). b) Chamamos a atenção quanto a Nota explicativa nº 27, que indica insuficiência do Capital Baseado em Risco - CBR, no valor de R$ 6.727.980,78 (Seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos) portanto desenquadrada conforme a Resolução Normativa - RN nº 569/2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A administração da **PLENA SAÚDE S.A**, é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração da **PLENA SAÚDE S.A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da PLENA SAÚDE S.A de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da **PLENA SAÚDE S.A**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2026

ALBERTO FRANSCISCO COSTA - CONTADOR CRC 1SP 164.292/O-O - CVM 10.600

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 13/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/13/PLENASAUDE1588105813032026.pdf

Hash:1773356760b8ff345c0a864017b9b7d17e46b66bf8